

HABEAS CORPUS Nº 548.034 - SP (2019/0354026-8)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : FABIO ROGERIO DONADON COSTA
ADVOGADO : FABIO ROGERIO DONADON COSTA - SP0338153
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HEULLER ANTONIO NEVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de HEULLER ANTONIO NEVES contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do *Habeas Corpus* n.º 2258525-93.2019.8.26.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 08/11/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, porque "*guardava/mantinha em depósito 1 'tijolo' contendo 479,16g de maconha, 1 porção com 23,58g de maconha e 1 porção com 232,95g de cocaína*" (fl. 92). A prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de primeira instância.

Diante disso, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, tendo o Relator indeferido o pedido liminar (fls. 115-117).

Neste *writ*, sustenta o Impetrante que não houve fundamentação idônea para a decretação da prisão cautelar do Paciente, não estando presentes os seus requisitos autorizadores.

Aduz que a custódia é desproporcional à pena que seria aplicada ao Paciente em caso de eventual condenação e que é possível a fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura e, no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a substituição da prisão por medida cautelar diversa.

É o relatório. Passo a decidir.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*n]ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; e AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, como se vê na decisão combatida, não há ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal – cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados deste Superior Tribunal de Justiça –, sobretudo porque o Juízo de primeira instância, ao decretar a prisão preventiva do Paciente, ressaltou a elevada quantidade e variedade de drogas apreendidas em poder do Paciente (1 “tijolo” contendo 479,16g de maconha, 1 porção com 23,58g de maconha e

1 porção com 232,95g de cocaína) e consignou a possibilidade concreta de reiteração delitiva, porque o Paciente "*está sendo processado pela prática do mesmo crime (autos n. 1500558-63.2019.8.26.0637) e a apreensão não se deu de forma aleatória, mas decorreu de diligência policial em cumprimento à mandado judicial de busca expedido nos autos n. 1502156-52.2019.8.26.0637, tudo em razão das contundentes evidências do profundo envolvimento do autuado no tráfico local*" (fl. 93), a evidenciar a necessidade da prisão para garantia da ordem pública.

Diante do registrado acima – em que não se observa, ao menos *primo ictu oculi*, nenhuma teratologia –, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

Assim, não há teratologia a ser corrigida. A matéria, como se vê, depende de aprofundamento do próprio mérito do *writ*, devendo-se reservar primeiramente à Corte impetrada sua análise, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Instância *a quo*, mormente porque o remédio constitucional, ao que parece, está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, com base nos arts. 34, inciso XVIII, e 210, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora